

O Direito de Caça

Em França, o direito de caça é um dos direitos de uso associados ao direito de propriedade.

No entanto, é regido pelo artigo 420-3 do Código do Ambiente. Pode igualmente ser regido pela lei no interesse geral.

O direito de caça decorre, portanto, do direito de propriedade do proprietário florestal. Em caso de venda da propriedade de caça, o direito de uso está automaticamente incluído na venda.

EM FRANÇA, O DIREITO DE CAÇA ESTÁ, POIS, VINCULADO À POSSE DO SOLO.

Os caçadores podem, contudo, caçar em qualquer propriedade, salvo proibição expressa do proprietário.

Um proprietário fundiário tem automaticamente o direito de caçar no seu próprio terreno. Nos termos da regulamentação da caça, o proprietário pode ceder o seu direito de caça a terceiros, quer mediante a locação do seu direito de caça, quer mediante a cessão voluntária desse direito a uma associação de caça, comunal ou privada.

Esta cedência do direito de caça pode mesmo ser obrigatória, porquanto a lei impõe a criação de associações comunais de caça aprovadas (ACCA), cujas bases foram lançadas pela Lei Verdeille.

O DIREITO DE CAÃŠAR

A caÃŠsa Ã© uma atividade regida pelo CÃ³digo Rural e pelo CÃ³digo do Ambiente. O contrato de locaÃ§Ã£o de caÃŠsa Ã© um instrumento que permite clarificar os direitos e deveres de cada uma das partes. O direito de caÃŠsa pertence ao proprietÃ¡rio. O Â«locadorÂ» (proprietÃ¡rio titular do direito de caÃŠsa) arrenda o seu direito de caÃŠsa a um Â«locatÃ¡rioÂ».

O locatÃ¡rio, que Ã© uma pessoa singular ou coletiva, aluga o direito de caÃŠsa que lhe confere o direito de caÃŠsar nas terras do locador.

“

Ã‰ importante distinguir o direito de caÃŠsa, por um lado, do direito de caÃŠsar, por outro.

O direito de caÃŠsar estÃ¡ definido com um direito concedido por um proprietÃ¡rio ou titular de um direito de caÃŠsa a uma pessoa que pretende caÃŠsar numa determinada propriedade. Na realidade, Ã© estabelecida uma relaÃ§Ã£o pessoal entre o titular do direito de caÃŠsa e a pessoa autorizada a caÃŠsar, que nÃ£o pode, em circunstÃ¢ncia alguma, ceder essa autorizaÃ§Ã£o a outra pessoa.

O direito de caÃŠsar pode ser objeto de um contrato de locaÃ§Ã£o de caÃŠsa (que consiste num contrato a favor de uma pessoa singular ou coletiva determinada e por um perÃodo de tempo determinado).

CONDIÃ§ÃÕES A SATISFAZER PARA TER O DIREITO DE CAÃŠAR

- › Ter a faculdade ou autorizaÃ§Ã£o de caÃŠsa num terreno determinado.
E
- › Ser titular dos seguintes documentos:
- › Uma licenÃ§a de caÃŠsa vÃ¡lida para o ano cinegÃ©tico em curso **ou**
- › Uma autorizaÃ§Ã£o para caÃŠsar acompanhado **e**
- › Estar na posse de um comprovativo da subscriÃ§Ã£o de um seguro de responsabilidade civil.

Incapacidades jurÃ¡dicas previstas na regulaÃ§Ã£o da caÃŠsa

- › Ter menos de 16Ã anos de idade
- › Ser menor nÃ£o emancipado com mais de 16Ã anos, salvo se a validaÃ§Ã£o for solicitada pelo menor ou pelos seus pais ou tutores
- › Pessoa interdita, salvo se o juiz com competÃªncia em matÃ©ria de tutelas a tiver autorizado a caÃŠsar
- › Se tiver sido deduzida oposiÃ§Ã£o Ã prÃ¡tica da caÃŠsa nos seus bens
- › Em caso de privaÃ§Ã£o dos direitos cÃ¡vicos, civis ou de famÃlia por decisÃ£o judicial



O CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAÇA

Decreto n.º 2015-260 de 4 de março de 2015 relativo à exploração da caça nos bosques e florestas do Estado

O contrato de locação de caça é um contrato celebrado entre um proprietário fundiário e uma pessoa singular ou coletiva e que tem por objeto a locação, por um período de tempo determinado, do direito de caça na propriedade designada no contrato. Este direito pode ser aplicável a todos os modos de caça ou ser limitado a apenas um (montaria, por exemplo).

Apenas o proprietário pode ceder a um locatário o direito de caça por um período de tempo determinado. Através do contrato, pode ser cedido ao locatário o direito integral, do qual pode fazer beneficiar terceiros. É conveniente registar o contrato, a locação que o torna oponível a terceiros, designadamente à administração, no âmbito de um pedido de plano de caça.

A AUTORIZAÇÃO DE CAÇAR

É importante não confundir a autorização de caçar com o direito de caçar.

Aliás, em caso de contestação de uma autorização «tácita» de caçar sobre quem alega possuí-la que recai o ônus da prova. Nesta caso, constituindo meras tolerâncias, as autorizações tácitas de caçar podem ser retiradas a qualquer momento por qualquer das partes.

Assim, por exemplo, um caçador não pode invocar uma autorização tácita de caçar para requerer a administração a emissão de um plano de caça.

“

Ninguém tem a faculdade de caçar numa propriedade sem o consentimento do proprietário ou do titular do direito de caça.

Em França, o direito de caça está vinculado à posse do solo, embora se admita a prática da caça em qualquer local, salvo em caso de proibição formal do proprietário.

Ainda segundo a regulamentação da caça, a caça em terreno de terceiro sem a autorização do proprietário ou do titular do direito de caça é passível da multa prevista para as contravenções de 5.ª classe, ou seja: 1.500 €, -.

A Forêt Investissement é uma agência que o aconselha na escolha de uma propriedade de caça. Com a possibilidade de compra e venda de terrenos destinados à prática da caça, a Forêt Investissement ajuda-o a procurar e a seleccionar o seu bem em função dos seus hábitos de caça.